

O sistema público de segurança social, universal e solidário é uma conquista da Revolução de Abril consagrada na Constituição da República, que assume um papel insubstituível na garantia de prestações sociais aos trabalhadores substitutivas do rendimento do trabalho.

São os seus descontos para a segurança social que asseguram este importante direito.

Assim, melhores salários significam melhores prestações sociais e reformas e asseguram mais receitas para o sistema.



MAIS E MELHOR SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

UM DIREITO DOS PORTUGUESES



MAIS E MELHOR SEGURANÇA SOCIAL PARA TODAS AS GERAÇÕES - INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

Os mais de dois anos de epidemia demonstram que o Sistema Público de Segurança Social é fundamental para responder às necessidades sociais dos trabalhadores e da população. Mas esta realidade não pode ocultar as insuficiências e debilidades resultante da política de direita de sucessivos governos nas últimas décadas, que criou limitações à reposição anual do poder de compra de todas as pensões e das prestações sociais, destruindo milhares de postos de trabalho, degradando as condições de trabalho dos trabalhadores da segurança social, encerrando serviços de proximidade, criado obstáculos no acesso à informação por parte da população e privatizando e transferindo competências para as autarquias na Acção Social – Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio.

COM O PCP DEFENDER E REPOR DIREITOS

Com a luta e determinação do PCP foi possível, no período entre 2017 e 2021, garantir o aumento extraordinário das pensões mais baixas, melhorar a protecção social do desemprego, caminhar para a gratuitidade das creches, melhorar a protecção social das pessoas com deficiência, garantir o direito à reforma sem penalizações para trabalhadores com longas carreiras contributivas, a valorização do abono de família, entre outros.

EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE SEGURANÇA SOCIAL, UNIVERSAL E SOLIDÁRIO

PRIORIDADES DO PCP

POR MELHORES PENSÕES E PRESTAÇÕES SOCIAIS

- **Actualização extraordinária para todas as pensões** correspondente a 5,3% do valor da pensão, não podendo o montante da actualização ser inferior a 20 euros por pensionista.
- **Criação de dois novos escalões** de pensões mínimas para carreiras contributivas de 36/40 anos e superiores a 40 anos de descontos com valorização dos seus montantes.
- **Eliminação das penalizações nas pensões antecipadas** para os trabalhadores que já acederam à reforma, nas situações em que à data da reforma antecipada preenchiam os requisitos previstos nos diplomas legais referentes às muito longas carreiras contributivas.
- **Eliminação do factor de sustentabilidade**, independentemente do regime ao abrigo do qual seja requerido o acesso à reforma, e reposição da idade legal da reforma nos 65 anos.
- **Eliminação do factor de sustentabilidade nas pensões por desemprego involuntário de longa duração e revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice.**
- **Direito à reforma sem quaisquer penalizações ou reduções ao trabalhador que tenha no mínimo 40 anos de carreira contributiva**, independentemente da idade.
- **Melhores condições de atribuição do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego no acesso**, no período de atribuição e no aumento dos montantes das prestações.
- **Universalização e valorização do abono de família para crianças e jovens.**

- **Gratuidade das creches** para todas as crianças em 2023 e a criação de 100 mil vagas em rede pública de creches até 2026.

- **Assegurar capacidade de resposta da actual Rede de Equipamentos e Serviços de apoio aos idosos** em situação de dependência, através designadamente de uma Rede Pública de Lares.

POR MELHOR QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- **Contratar o número de trabalhadores necessários para aumentar a capacidade e a qualidade de resposta dos serviços.**
- **Aumentar os salários, pôr fim ao congelamento das carreiras, investir na qualificação e formação profissional para aumentar a capacidade e a qualidade de resposta dos serviços.**

PELO REFORÇO DAS RECEITAS DEVIDAS AO SISTEMA PÚBLICO

- **Reforçar o financiamento do regime previdencial dos trabalhadores através do aumento dos salários e do salário mínimo nacional para 850 euros.**
- **Diversificação das suas fontes de financiamento**, nomeadamente com a criação de uma contribuição complementar das empresas com incidência no valor acrescentado líquido, que acresce à taxa social única, sem a substituir.
- **Medidas efectivas de recuperação da dívida e de combate à fraude e evasão contributiva.**
- **Reforço das transferências anuais do OE para garantir o financiamento do subsistema de protecção social de cidadania nos domínios da protecção familiar, solidariedade e acção social.**
- **Transferência integral de verbas do OE para compensar os custos da Segurança Social com as medidas Covid.**



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

pcp.pt
DEP/PCP Maio 2022

